

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.724 - SP (2019/0299299-2)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : GISLEINE APARECIDA DOS SANTOS CONDE**  
**ADVOGADO : GISLEINE APARECIDA DOS SANTOS CONDE - SP226058**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LUAN AILTON GONCALVES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUAN AILTON GONÇALVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem no HC n.º 2179265-64.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente teve sua prisão preventiva decretada pelo Juízo de primeiro grau, em 02/08/2018, em razão da representação formulada pela Autoridade Policial de Boa Esperança do Sul, com base em relatório de investigação, em que se apurou a ocorrência de "*crimes extremamente graves, dentre eles o tráfico de drogas, associação para o tráfico e associação criminosa*" (fl. 15), e, ademais, "*apurou-se o envolvimento de diversos indivíduos como membros da facção criminosa denominada 'PCC', bem como pode-se identificar suas funções, sua hierarquia e divisão de tarefas*" (*ibidem*).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou a ordem em acórdão acostado às fls. 8-14, que foi assim ementado (fl. 10):

*"Habeas Corpus. Tráfico ilícito de drogas, associação para o tráfico de drogas e organização criminosa. Indícios de envolvimento com a facção criminosa denominada Primeiro Comando da Capital – PCC. Impetração buscando a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP. Presença dos pressupostos da prisão processual. Imprescindibilidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada."*

Neste *writ*, alega a Impetrante, em suma, que não estão preenchidos os requisitos autorizadores da medida extrema e que são inidôneos os fundamentos utilizados para a decretação da custódia provisória.

# Superior Tribunal de Justiça

Aduz, para tanto, que "o fato açulado contra o paciente cinge-se em tráfico e Associação para a tráfico, baseado em esporádicas ligações do réu para outro correu adquiridas através de interceptações telefônicas que não denotam ser o réu associado ou mero usuário adquirente da droga, não existe se quer uma fala que ligue o réu a organização PCC, tampouco sobre a mercancia de droga" (fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente do que consignou o Tribunal de origem ao ratificar o decreto prisional em desfavor do Paciente (fls. 8-14; sem grifos no original):

*"Consta dos autos que o inquérito policial foi instaurado a partir do conteúdo das gravações da interceptação telefônica deferida nos autos da medida cautelar n.º 000433-04.2019, preliminarmente para apuração do tráfico de drogas praticado, inicialmente, por Fred de Souza, que contava com a ajuda de adolescentes e outros indivíduos.*

*Com o decorrer das investigações policiais, apurou-se o envolvimento de diversos indivíduos como membros da facção criminosa denominada 'PCC', bem como foi possível identificar suas funções, sua hierarquia e divisão de tarefas.*

*A partir da análise dos autos, em especial ao relatório de investigação, degravação da interceptação telefônica e imagens obtidas em campanhas e outros elementos de cognição, verificou-se que há indícios suficientes de autoria e prova da existência dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas e organização criminosa, praticados pelo paciente e diversos outros investigados.*

*A autoridade apontada como coatora informou que o paciente seria braço direito da 'disciplina' Cristiane-Alerquina, estando envolvido com a venda de armas.*

*Consta da peça acusatória que o paciente exercia a função de soldado da facção criminosa, com atribuições de seguir e executar as ordens repassadas pelas hierarquias superiores. **Participava ativamente dos sequestros de indivíduos que seriam submetidos ao 'Tribunal do Crime'**. **Adquiria armas de fogo para a organização e mantinha contato frequente com Cristiane. Possuía participação ativa na comercialização de drogas em Boa Esperança do Sul.***

*Como se verifica na r. decisão de fls. 21/25, o juízo a quo*

# Superior Tribunal de Justiça

*destacou que a prisão preventiva está justificada para garantia da ordem pública eis que os delitos perpetrados denotam gravidade concreta, sendo que há necessidade de cessar a prática do tráfico de drogas e da organização criminosa na pequena cidade de Boa Esperança do Sul.*

*Esclareceu também que a segregação cautelar do paciente e demais investigados era necessária para cessar a reiteração da prática criminosa, uma vez que os mesmos violavam diversos bens jurídicos tutelados patrimônio, saúde pública e coletividade.*

*Necessário, pois, acautelar o meio social, sendo que há nítida individualização das condutas de cada membro e hierarquia bem definida. Somam-se notícias de que as drogas eram armazenadas em diversas residências em Boa Esperança do Sul.*

*Assim, não se vislumbra qualquer nulidade na r. decisão que decretou a prisão preventiva eis que se encontra devidamente fundamentada e respaldada em elementos concretos, **mormente pela natureza dos delitos (tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas e organização criminosa), permanecendo inalterados os motivos que ensejaram a prisão preventiva, mormente porque praticados por integrantes da facção criminosa denominada PCC.***

Como se percebe, os fundamentos da prisão cautelar não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, tendo em vista **a gravidade concreta da conduta e o risco de reiteração delitiva**, sobretudo porque "[a] partir da análise dos autos, em especial ao relatório de investigação, degravação da interceptação telefônica e imagens obtidas em campanas e outros elementos de cognição, verificou-se que há indícios suficientes de autoria e prova da existência dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas e organização criminosa, praticados pelo paciente e diversos outros investigados" (fl. 11), circunstâncias que denotam a sua potencial periculosidade, a justificar a segregação cautelar como garantia da ordem pública.

Perfeitamente aplicável, no caso, o entendimento de que "[n]ão há ilegalidade na decisão que decreta a prisão preventiva com base em elementos concretos aptos a revelar a real necessidade de se fazer cessar ou diminuir a atuação de suposto integrante de organização criminosa para assegurar a ordem pública" (STF, RHC 144.284 AgR, Min. Relator EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe 27/08/2018).

Em verdade, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nas quais deverá constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

